



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0011605-98.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **CF, OF - 3443/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1976/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **RODRIGO BOLONHEZE**  
 Vítima: **JOSE ANTONIO CARLOS MORASCHI HERNANDES**

Réu Preso

Aos 22 de março de 2018, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Auxiliar, Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu RODRIGO BOLONHEZE, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Prosseguindo, foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu, sendo todos os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. RODRIGO BOLONHEZE, qualificado nos autos, está sendo processado por suposta infração ao artigo 155, §4º, incisos I e II, c.c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque de acordo com a denúncia, no dia 26 de novembro de 2017, por volta das 09h43min, na Rua Nove de Julho, nº 1311, Centro, São Carlos, teria tentado subtrair para si, mediante escalada e rompimento de obstáculo, bens que guarneciam a residência da vítima José Antônio Carlos Moraschi Hernandez, só não se consumando o delito por circunstâncias alheias à sua vontade. A denúncia foi recebida em 15 de dezembro de 2017 (fl. 181). O réu foi citado e ofereceu resposta à acusação (fls. 268/269). Nesta audiência, procedeu-se a oitiva da vítima e de uma testemunha e, na sequência, o réu foi interrogado. O Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia. A Defensoria Pública, de outra parte, pugnou pela absolvição por insuficiência de provas. Em caso de condenação, redução máxima pela tentativa, o afastamento das qualificadoras, com benefícios legais. **É o Relatório. Decido.** A ação penal é improcedente. Apesar da comprovação de que o réu ingressou em propriedade alheia, não há elementos suficientes a indicar que tenha atuado com "animus furandi". Em consequência, ausente demonstração inequívoca da presença do elemento subjetivo em seu



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

comportamento, impõe-se a absolvição por fragilidade probatória. Interrogado nesta audiência, o denunciado negou a prática da tentativa de furto asseverando que, na verdade, ingressou no imóvel vizinho, com autorização do caseiro, para colher frutos; contudo, foi surpreendido pela atuação da polícia militar. Os elementos amealhados em contraditório são insuficientes para infirmar sua versão. A vítima José Antonio Carlos Moraschi Hernandez disse que ouviu barulhos em seu quintal vindo a acionar a polícia que se dirigiu ao local e surpreendeu o réu no interior de sua propriedade. Essas declarações foram confirmadas pelos depoimentos dos policiais militares Rogério Aparecido da Silva e Raquel de Paula Aguiar que mencionaram em juízo que foram acionados pelo ofendido e que, após dirigirem-se a residência dele, encontraram o acusado no interior de um cômodo. Não restou demonstrado pela prova judicial que o denunciado pretendesse promover despojamento patrimonial, haja vista que nem mesmo a vítima fez menção ao fato de que o réu houvesse separado bens para subtração. Não se discute o fato de que o denunciado ostenta diversas condenações anteriores, inclusive pela prática de delito de furto (fls.236, 239, 240, 245/246, 248/249, 250/251, 298 e 300), bem assim que foi surpreendido em imóvel alheio. Contudo, não logrou a acusação, no presente caso, comprovar à saciedade que o acusado pretendesse promover assaques ao patrimônio da vítima. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação penal e **absolvo** o réu RODRIGO BOLONHEZE da acusação consistente na prática da infração penal descrita no artigo 155, §4º, incisos I e II, c.c. artigo 14, inciso II, do Código Penal, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Expeça-se imediatamente **alvará de soltura clausulado**. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: